



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 28 de novembro de 2012

JORNAL DO COMMERCIO CAPA .....	1
JORNAL DO COMMERCIO Mercado interno..... ECONOMIA	2
JORNAL DO COMMERCIO Mantega vai defender unificação..... ECONOMIA	3
JORNAL DO COMMERCIO Informalidade se estabiliza em 16,9% .....	4
JORNAL DO COMMERCIO Informalidade se estabiliza em 16,9% .....	4
ECONOMIA	
A CRITICA Pedra de até 78% na arrecadação .....	5
ECONOMIA	
A CRITICA Mantega não detalhou .....	6
ECONOMIA	
A CRITICA Fusão Fapeam/CBA .....	7
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Senado discutirá sobre alíquota única de ICMS .....	8
ECONOMIA	

## CAPA

» Congresso

# Senado adia votação das ZPEs

A pedido do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou para o próximo dia 11 de dezembro a votação do projeto de lei

que permite às empresas instaladas em ZPEs (Zonas de Processamento de Exportação) destinar ao mercado interno até 40% de sua produção (PLS 764/2011). A

proposta precisa ter um turno suplementar de votação, porque foi aprovado substitutivo na votação anterior, em 16 de outubro. A decisão da CAE no próximo dia 11

terá caráter terminativo e a matéria poderá seguir para a Câmara dos Deputados, se não for apresentado recurso para apreciação no plenário.

**Página A4**

## Mercado interno

# CAE adia para o dia 11 votação do projeto das ZPEs

A pedido do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou para o dia 11 a votação do projeto de lei que permite às empresas instaladas em ZPEs (Zonas de Processamento de Exportação) destinar ao mercado interno até 40% de sua produção (PLS 764/2011). A proposta precisa ter um turno suplementar de votação, porque foi aprovado substitutivo na votação anterior, em 16 de outubro último. A decisão da CAE no próximo dia 11 terá caráter terminativo e a matéria poderá seguir para a Câmara dos Deputados, se não for apresentado recurso para apreciação no plenário.

Atualmente, as empresas que funcionam em ZPEs podem vender dentro do país apenas 20% do que produzem – ou seja, 80% devem

ser obrigatoriamente exportados. As da área de softwares poderão comercializar no mercado interno a metade do que produzem nas ZPEs, conforme o substitutivo do senador Jorge Viana (PT-AC) ao projeto da senadora Lídice da Mata (PSB-BA).

O objetivo da mudança é estimular as ZPEs, apontadas pelos senadores como instrumento importante de desenvolvimento de países como China, Cingapura, Coreia do Sul e Taiwan. Depois da primeira votação foram apresentadas 14 emendas ao projeto, das quais apenas três acolhidas parcialmente pelo relator. Uma delas obriga as empresas instaladas nas ZPEs e com filial fora da Zona de Processamento de Exportação a manter contabilidades separadas para as duas unidades.

## Mantega vai defender unificação

A CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado aprovou ontem a ida do ministro da Fazenda, Guido Mantega, à Casa na próxima terça-feira (4/12) para apresentar a nova proposta do governo de unificação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e

Serviços) em 4% em todo o território nacional.

A proposta da equipe econômica prevê ainda dois fundos que compensarão perdas dos Estados e do Distrito Federal durante 16 anos. Um dos fundos, avaliado em R\$ 7 bilhões, é para compensação automática para os Estados que tiverem

a arrecadação reduzida com a unificação do ICMS. Outro, no total de R\$ 182 bilhões, para financiar investimentos locais com recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do Orçamento Geral da União.

Ontem de manhã, senadores da base aliada reuniram-se com

os ministros Guido Mantega e Ideli Salvatti, da Secretaria de Relações Institucionais, para tratar do assunto antes do debate da semana que vem no Congresso Nacional. Ao sair, o líder do PT no Senado, Walter Pinheiro (BA), admitiu que, mesmo faltando pouco menos de um mês para o fim dos trabalhos

legislativos no Congresso Nacional, as discussões sobre temas como o ICMS não podem esperar ficar para 2013. "O ICMS que é uma discussão delicada, que tem de ser iniciada neste ano. Mesmo que o assunto fique para ser debatido no próximo ano. [A discussão] tem de começar agora para, durante o ano de 2013, ten-

tar-custurar um acordo [sobre o ICMS e outros temas]."

Além do ICMS, foram discutidos pontos relacionados à reforma tributária, como a renegociação dos indexadores das dívidas dos estados e a redefinição dos critérios de distribuição do FPE (Fundo de Participação dos Estados).

## Braga defende mecanismos de compensação aos Estados

Em reunião sobre a proposta para unificação da alíquota ICMS com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e outros senadores, o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB), defendeu a adoção de mecanismos de compensação para as regiões menos desenvolvidas, como a

Amazônia, que poderiam perder arrecadação com a medida. A reunião ocorreu ontem no Ministério da Fazenda. O senador enfatizou que há um compromisso da presidente Dilma Rousseff de garantir a competitividade das indústrias instaladas no PIM (Polo Industrial de Manaus) na elaboração

da proposta de unificação que será apresentada pelo governo. Ele informou que Guido Mantega apresentará a proposta na próxima terça-feira (4/12) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. A proposta discutida pelo governo é para unificação da alíquota do ICMS em 4%, válido para todos

os Estados.

"Na semana passada, em reunião conosco, a presidente Dilma assumiu claramente o compromisso de que as indústrias de Manaus não perderiam sua competitividade com esse ajuste interestadual. Sobre a proposta de unificação do ICMS, será bom para acabar

a guerra fiscal, mas é preciso que se atenda a demandas de políticas de compensação para regiões menos desenvolvidas, como é o caso da Amazônia e Estados do Nordeste", disse Braga.

O senador lembrou que, em princípio, a proposta de unificação do ICMS sem um meca-

nismo de compensação para a Zona Franca de Manaus, seria prejudicial para o Amazonas.

"Em se falando de receita tributária, o Amazonas é o que mais perderia. Perde algo como 75% de sua receita e há um compromisso da presidenta para que se contorne isso", destacou.

## Informalidade se estabiliza em 16,9%

Após cinco anos de queda, economia subterrânea volta a subir, representando um total de R\$ 748,4 bilhões

O IES (índice de economia subterrânea) - estudo que estima os valores da economia informal em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) no Brasil - ficou em 16,9% em 2012, diferença considerada residual em relação aos 17% registrados em 2011, segundo pesquisa divulgada ontem pelo ETCO (Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial) em conjunto com o IBRE/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas). A porcentagem equivale a cerca de R\$ 748,4 bilhões.

Segundo os pesquisadores da FGV já tinham apontado em junho, o emprego formal no país chegou ao limite. Para eles, essa é a principal causa para estagnação do índice.

Desde 2007, o IES brasileiro apresentava quedas de 0,7 ponto percentual - exceto 2009, ano atípico para a economia em razão da crise mundial e que teve queda de 0,2 ponto percentual. Passou de 20,2% em 2006 para 17% em 2011.

"Em grande parte, essa queda se explica pelo importante aumento do mercado de trabalho formal observado nos últimos anos e que é uma consequência da boa performance da economia brasileira no período, mesmo durante a crise de 2009", analisa o pesquisador do IBRE/FGV, responsável pela elaboração do IES, Fernando de Holanda Barbosa Filho, em nota. Holanda diz acreditar, entretanto, que esse crescimento do mercado formal de trabalho atingiu seu limite e aponta como obstáculo à continuidade dessa evolução a rigidez das leis trabalhistas e o nível de escolaridade do brasileiro.

"Segundo a Pnad [Pesquisa Nacional Amostra de Domicílios], entre 2002 e 2011, a informalidade no mercado de trabalho caiu 10 pontos percentuais, saindo de 43% para 32% do total da população empregada. O acréscimo dos 22 milhões de pessoas que se educaram entre 2001 e 2011, responde por 64% dessa queda", ressalta o pesquisador.



Foto: Walter Mendes

*O fato de o emprego formal no país ter chegado próximo ao limite empurra muitos para a informalidade em todo o Brasil*

Manaus, quarta-feira, 28 de novembro de 2012.

## Pedra de até 78% na arrecadação

Eis a sangria na arrecadação do Amazonas, caso a alíquota do ICMS venha a ser unificada em 4%

### CARLOS BRANCO

carlosbranco@acritica.com.br

A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-AM) apresenta hoje ao governador Omar Aziz o estudo que ela própria realizou a respeito dos possíveis impactos da unificação em 4% do Im-

posto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) interestadual, como quer o Governo Federal, sob o argumento de que assim acabará com a "guerra fiscal".

Amanhã, o titular do órgão, Isper Abraham, estará em Brasília para participar juntamente

com secretários de Fazenda de outros Estados de uma reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O estudo realizado pela Sefaz mostra que a perda com o ICMS arrecadado diretamente das empresas incentivadas do Polo Industrial de Manaus (PIM) po-

de chegar a 78%. Nesse percentual estão incluídos os repasses que elas fazem para o financiamento ao ensino superior no Amazonas, turismo, P&D e microempresas.

A perda estimada pela Sefaz, quando "refinada", coincide com aquela apontada pelo Go-



Isper mostrará estudo ao governador

verno Federal, com base em levantamento feito pelo Ministério da Fazenda em todos os Estados, o qual mostrou que, no Amazonas, o impacto negativo seria de 75%.

Omar Aziz sabia disso quando foi a Brasília, juntamente com outros governadores, no dia 7 de novembro, discutir com Mantega a proposta do Planalto, que o advertira antes da possível perda. Amanhã caberá a Abraham ratificá-la, advertindo Mantega de que os efeitos multiplicadores dessa perda podem inviabilizar a economia do Estado.

### Mantega não detalhou

Guido Mantega falou ontem em crédito presumido, que interessa à ZFM, mas não aprofundou o tema

**ANTONIO PAULO**  
antonio paulo@critica.com.br

O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, reuniu ontem a liderança do Governo no Senado e os líderes dos principais partidos da base aliada para expor com mais detalhes a proposta do Governo de unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) interestadual para acabar com a guerra fiscal entre os Estados. A alíquota prevista é de 4% para todas as mercadorias que passem de uma unidade da federação para outra. Atualmente, o imposto é 7% ou 12%, dependendo do Estado de origem da mercadoria.

Segundo o líder do Governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), do ponto de vista tributário, o Amazonas perderá 75% de sua receita. A proposta de unificação vai acabar com um dos componentes da cesta de incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus: o crédito presumido. Além da isenção e alíquota zero dos impostos e contribuições federais (IPI, II, PIS/PASEP, Cofins), as indústrias da Zona Franca de Manaus têm ainda a isenção do ICMS estadual e impostos municipais co-

#### CAE do Senado

**Guido Mantega vai à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, na próxima terça-feira, apresentar os detalhes da proposta de unificação. Além dos membros da CAE, os secretários estaduais de Fazenda serão convidados a participar do evento.**

mo também ganha crédito (no valor da alíquota) na venda de produtos para fora do Estado.

Se o PIM vende uma TV de LCD para São Paulo ou a outro Estado brasileiro, por exemplo, além de não pagar o ICMS, que tem alíquota zero na maioria das vezes, a empresa compradora ganha o crédito, hoje de 7%, do imposto tributado e reveste esse percentual tributário na produção ou em outra parte da cadeia produtiva. Se o ICMS for unificado em 4%, esse crédito presumido será extinto. "Independentemente da compensação tributária, é preciso ter um mecanismo de incentivo fiscal para as regiões que tem programas como o da Zona Franca que é constitucional. Por isso, tem



Senador Eduardo Braga participou da reunião com Guido Mantega

que haver um mecanismo, um programa específico", disse Eduardo Braga. Ele foi um dos participantes da reunião com ministro da Fazenda, Guido Mantega. Segundo Braga, o ministro da Fazenda chegou a mencionar a questão do crédito presumido, mas não detalhou.

O líder do Governo reiterou o

compromisso da presidente Dilma Rousseff para com o Amazonas. Ela garantiu que o Polo Industrial de Manaus não perderá competitividade com o ajuste interestadual. "Estamos confiantes nesse compromisso", declarou. Braga reconhece que a proposta do Governo acaba a guerra fiscal entre os Estados,

#### Saiba mais

##### >> Compensação

Após unificar o ICMS interestadual, em 4%, como contrapartida, o Governo Federal criará dois fundos para compensar os Estados perdedores, que são justamente os que mais produzem mercadorias. Um fundo de desenvolvimento regional, que funcionará por 16 anos, destinando R\$ 12 bilhões ao ano para os Estados perdedores - R\$ 9 bilhões em financiamentos de bancos oficiais e R\$ 3 bilhões do Orçamento Geral da União. Haveria ainda um segundo fundo para compensar as perdas a cada ano, mas os recursos ainda não estão previstos.

mas é preciso que se atenda às demandas específicas, com políticas industriais destinadas às regiões menos desenvolvidas do País como é caso da Amazônia, o PIM, no Amazonas; Ceará, Pernambuco, Bahia, Maranhão, Piauí, Paraíba, que tanto necessitam de investimentos do setor privado.

### Parecer não coloca em risco a ZFM

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) 4.832 movida contra o Amazonas por São Paulo, obteve ontem do Ministério Público Federal parecer por sua procedência parcial, mas não coloca em risco os incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Estado às empresas do Polo Industrial de Manaus.

Conforme o relatório, "o parecer é pela procedência parcial da ação para que seja conferida interpretação conforme a Constituição aos dispositivos impugnados, no sentido de restringir sua aplicação aos contribuintes instalados ou que venham a instalar-se na Zona Franca de Manaus".

O procurador-geral do Estado, Clóvis Frota, explicou que se a decisão do colegiado seguir o parecer, aparenta afetar setores como o da agroindústria. No entanto, segundo ele, como o Amazonas conta com uma produção voltada especialmente para a agricultura familiar, não terá grandes perdas. Frota frisou que, no único ponto que poderia gerar algum desfecho mais grave, o Amazonas saiu favorável. Segundo o procurador, a partir do parecer do MPF, o processo está apto a ser apreciado pelo colegiado.



Manaus, quarta-feira, 28 de novembro de 2012.

## Fusão Fapeam/CBA

Com vistas a viabilizar a governança do sistema local de ciência e tecnologia proponho, objetivamente, fundir o Cba com a Fapeam e criar a Empresa Amazonense de Produção Agropecuária (EPAG). De um lado, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – Fapeam tem por finalidade dar suporte “à pesquisa científica básica e aplicada e o desenvolvimento tecnológico e experimental”. Opera nas áreas de Ciências Agrárias; Ciências Humanas e Sociais; Ciências Exatas e da Terra; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Biológicas; Lingüísticas, Letras e Artes. São objetivos da Fundação o aumento do “estoque dos conhecimentos científicos e tecnológicos, assim como sua

aplicação no interesse do desenvolvimento econômico e social do Estado”. De outro, o Cba – Centro de Biotecnologia da Amazônia, subutilizado. Foi criado no âmbito do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade – PROBEM, inscrito no Primeiro PPA- Plano Plurianual do Governo Federal, instituído em 2002 pelo Decreto no. 4.284. Seu Conselho Diretor é representado pelos ministérios do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior - MDIC, da Ciência e Tecnologia - MCT, e do Meio Ambiente - MMA. Segundo os atos constitutivos, “o principal objetivo do Cba é transformar os conhecimentos gerados por institutos de pesquisa já existentes em produtos com valor agregado.



Osiris  
Silva

COLUNISTA  
ESPECIAL DE  
A CRÍTICA

E-MAIL:  
OSIRISASILVA@  
GMAIL.COM

em toda a cadeia produtiva”. O Centro “vem desenvolvendo produtos e processos em parceria com instituições de ensino e pesquisa e com a iniciativa privada”.

São objetivos do Cba, muito próximos aos da Fapeam, a) Contribuir para o desenvolvimento regional, com geração de emprego e renda a partir da inovação biotecnológica; b) Promover o conhecimento da biodiversidade amazônica associado às tecnologias necessárias ao seu aproveitamento econômico com agregação de valor na região amazônica; c) Incentivar o desenvolvimento regional de produtos, processos e serviços biotecnológicos, nas áreas de saúde humana, agronegócio e industrial visando sua comercialização e inserção em cadeias produtivas. Suprindo 70% dos recursos financeiros

necessários às suas operações, a Suframa é responsável pela administração e a principal mantenedora da instituição. O Governo do Amazonas participa do projeto através da Fapeam. Dado o conjunto dos comprometimentos Cba/Fapeam com inovação tecnológica, a fusão desses órgãos proporcionaria condições favorecidas para otimização dos esforços de desenvolvimento ou aprimoramento de processos e produtos da biodiversidade amazônica, destacando-se: a) Ação integrada com a universidade e Centros de Pesquisa do setor público e privado (Rede de Laboratórios Associados – RLA); b) Aumento da densidade tecnológica no setor industrial (Parque Bioindustrial na região amazônica); c) Promoção de ambiente favorável à inovação (oferta de serviços tecnológicos); d) Desenvolvimento

e difusão de produtos e processos biotecnológicos com valor agregado em toda a cadeia produtiva.

A EPAG pode atuar, no curto/médio prazo, no sentido de corrigir o gap tecnológico responsável pelos baixos níveis de agregação dos resultados das pesquisas aqui produzidas por Inpa, Ufam, Fucapi, Cba e outras instituições. Exatamente esse abastecimento torna a região incapaz de aproveitar o potencial da diversidade do bioma amazônico e transformá-lo em riqueza efetiva. Em relação ao setor primário, seriam de extrema relevância os efeitos decorrentes sobre a geração de pacotes tecnológicos ajustados às condições locais de solo e clima. Única condição supostamente capaz de tirar o Amazonas da condição de “traço” estatístico no conjunto da produção agropecuária brasileira.

## Senado discutirá sobre alíquota única de ICMS

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, ontem, a ida do ministro da Fazenda, Guido Mantega, à casa na próxima terça-feira para apresentar a nova proposta do governo de unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 4% em todo o território nacional.

A proposta da equipe econômica prevê ainda dois fundos que compensarão perdas dos Estados e do Distrito Federal durante 16 anos. Um dos fundos, avaliado em R\$ 7 bilhões, é para compensação automática para os Estados que tiverem a arrecadação reduzida com a unificação do ICMS. Outro, no total de R\$ 182 bilhões, para financiar investimentos locais com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Orçamento Geral da União.

Ontem pela manhã, senadores da base aliada reuniram-se com os ministros Guido Mantega e Ideli Salvatti, da Secretaria de Relações Institucionais, para tratar do assunto antes do debate da semana que vem no Congresso Nacional.

Ao sair, o líder do PT no Senado, Walter Pinheiro (BA), admitiu que, mesmo faltando pouco menos de um mês para o fim dos trabalhos legislativos no Congresso Nacional, as discussões sobre temas como o ICMS não podem esperar ficar para 2013.

### RECOMPENSA

**Proposta da equipe econômica do governo federal prevê dois fundos que compensarão perdas dos Estados e do Distrito Federal durante 16 anos com a unificação do ICMS em 4% em todo o país**

"O ICMS que é uma discussão delicada, que tem de ser iniciada neste ano. Mesmo que o assunto fique para ser debatido no próximo ano. [A discussão] tem de começar agora para, durante o ano de 2013, tentar costurar um acordo [sobre o ICMS e outros temas]".

Além do ICMS, foram discutidos pontos relacionados à reforma tributária.



Senadores da base aliada reuniram-se, na manhã de ontem, com o ministro Guido Mantega, para tratar da unificação do ICMS

## Braga pede compensação para o Amazonas

Em reunião, o líder do Governo no Senado, Eduardo Braga, defendeu a adoção de mecanismos de compensação para as regiões menos desenvolvidas, como a Amazônia, que poderiam perder arrecadação

com a medida.

O senador enfatizou que há um compromisso da presidente Dilma Rousseff de garantir a competitividade das indústrias instaladas em Manaus na elaboração da proposta

de unificação que será apresentada pelo governo. "Em reunião conosco, a presidente Dilma assumiu claramente o compromisso de que as indústrias de Manaus não perderiam sua competitividade com

esse ajuste interestadual. O senador lembrou que, em princípio, a proposta de unificação do ICMS sem um mecanismo de compensação para a Zona Franca de Manaus, seria prejudicial para o Amazonas.